

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

CONJUNTURA ECONÔMICA DO CEARÁ

2º TRIMESTRE-2003

Fortaleza-CE
Julho/2003

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO GERAL

Marcos Costa Holanda - Diretor Geral

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Antônio Lisboa Teles da Rosa - Diretor de Estudos Sociais

Jair do Amaral Filho - Diretor de Estudos Setoriais

ELABORAÇÃO

Cláudio André Gondim Nogueira

Dayane Lima Rabelo de Souza

Yoshio Namekata

Maria Eloisa Bezerra da Rocha

Ronaldo de Oliveira Almeida

COLABORAÇÃO

Aprígio Botelho Lócio

Maria Amélia Costa

Rose Mary Galvão Teixeira

ESTAGIÁRIO

Cícero Wailton Lima Rodrigues

EDITORAÇÃO

Clécio Queiroz

Dulcineide Bessa

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

End.: Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora

Av.: General Afonso Albuquerque Lima, S/N

Ed. SEPLAN - 2º andar

60839-900 – Fortaleza-CE

www.ipece.ce.gov.br

ipece@ipece.ce.gov.br

APRESENTAÇÃO

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) apresenta o boletim de Conjuntura Econômica do segundo trimestre de 2003.

O documento aborda o desempenho da economia cearense levando em consideração as contas regionais e o comportamento setorial, destacando-se a agropecuária, indústria, comércio, turismo e finanças públicas.

A seção Opinião IPECE traz dois artigos referentes ao Sistema de Pontuação do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) e a Política de Desenvolvimento Social do Ceará.

O IPECE com a divulgação da Conjuntura Econômica, procura atender a demanda do setor público e privado por informações de curto prazo sobre a economia cearense.

Marcos Costa Holanda
Diretor Geral do IPECE

SUMÁRIO

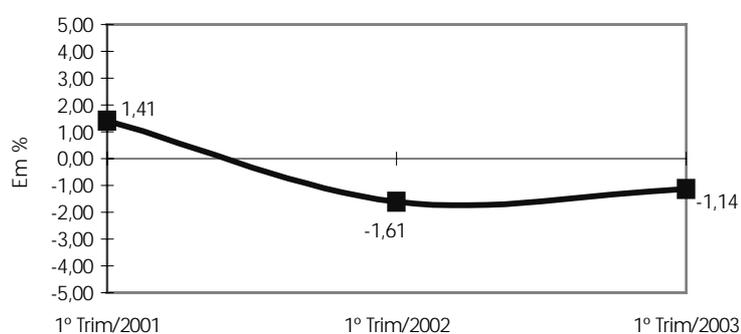
- 1 DESEMPENHO MACROECONÔMICO, **7**
 - 1.1 Resultados do 1º Trimestre de 2003, **7**
 - 1.2 Balança Comercial, **9**
 - 1.3 Mercado de Trabalho, **10**
 - 1.4 Preços, **11**
 - 1.5 Juros e Câmbio, **12**
- 2 DESEMPENHO SETORIAL, **13**
 - 2.1 Agropecuária, **13**
 - 2.2 Comércio Varejista, **14**
 - 2.3 Indústria, **14**
 - 2.4 Turismo, **15**
- 3 FINANÇAS PÚBLICAS, **16**
 - 3.1 Resultado Fiscal, **16**
 - 3.2 Dívida Pública, **16**
 - 3.3 Receitas, **17**
 - 3.4 Despesas, **18**
- OPINIÃO IPECE, **19**
 - Base Conceitual do Sistema de Pontuação do FDI, **19**
 - Desenvolvimento Social no Ceará: um caminho a ser percorrido, **20**

1 DESEMPENHO MACROECONÔMICO

1.1 Resultados do 1º trimestre de 2003

A economia cearense, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB) apresentou uma taxa negativa de 1,14%, no primeiro trimestre/2003 sobre o primeiro trimestre/2002. Esse resultado é melhor do que o obtido no primeiro trimestre/2002, quando o PIB alcançou a taxa de -1,61%.

Gráfico 1 Evolução do PIB trimestral – Ceará – 1º trimestre/2003



Fonte: IPECE e IBGE.

A agropecuária cearense exibiu um crescimento de 2,77%, no primeiro trimestre/2003 sobre o de 2002, em decorrência da expansão da produção animal, sobretudo a de camarão de cativeiro. No mesmo período, o aumento da agropecuária brasileira foi de 8,57%.

Tabela 1 Taxa de crescimento (%) do PIB por setores Ceará – 1º Trimestre/2003-2002*

SETORES	1º TRIMESTRE	
	2002	2003
CEARÁ		
Agropecuária	12,12	2,77
Indústria	-6,36	-2,47
Serviços	0,79	-0,56
PIB Total (VA a preço básico)	-1,61	-1,14
BRASIL		
Agropecuária	5,49	8,57
Indústria	-4,00	2,94
Serviços	1,39	0,78
PIB Total (VA a preço básico)	-0,12	2,13

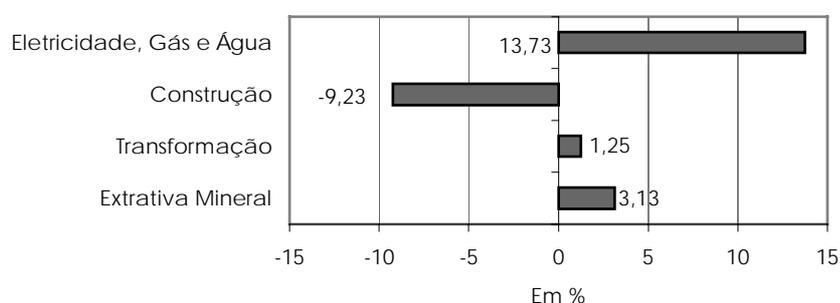
Fonte: IPECE e IBGE.

(*) Compara o trimestre em referência ao mesmo trimestre do ano anterior.

A indústria cearense, por seu turno, apresentou uma queda de 2,47%, no PIB trimestral, a preços básicos, no 1º trimestre de 2003, contra o mesmo período de 2002. Resultado inferior ao alcançado pela indústria brasileira, que teve desempenho positivo de 2,94%,

no mesmo período. O comportamento da indústria deve-se ao decréscimo verificado na construção civil de 9,23%, tendo em vista que este segmento representa cerca de 42% do total da indústria. Além do mais, esta atividade encontra-se em queda há mais de três anos, como mostra o consumo de cimento, um dos indicadores utilizados para aferir o desempenho da atividade, que vem caindo desde 2000. Os demais segmentos industriais registraram taxas positivas, no período considerado, com 13,73% nos serviços industriais de utilidade pública, 3,13% na extrativa mineral e 1,25% para a transformação.

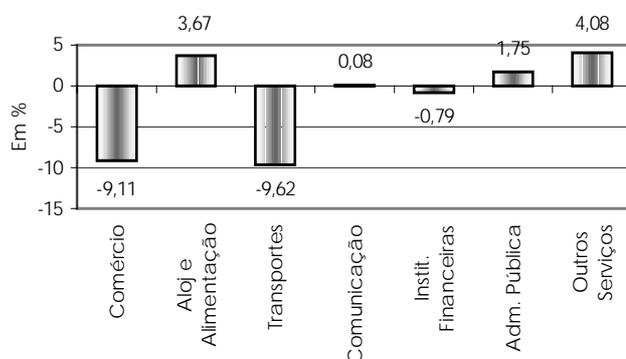
Gráfico 2 Taxa de crescimento (%) do PIB a preços básicos por segmentos industriais - Ceará - 1º Trimestre/2003-2002



Fonte: IPECE.

O setor de serviços, que responde por, aproximadamente, 56% do PIB estadual, registrou um decréscimo de 0,56%, influenciado pelos resultados negativos apresentados pelo comércio (-9,11%) e transporte (-9,62%). No trimestre destacaram-se com resultados positivos os segmentos de outros serviços coletivos (+4,08%) e alimentação e alojamento (+3,67%), conforme pode ser observado no gráfico 3.

Gráfico 3 Taxa de crescimento (%) do PIB a preços básicos segundo os principais segmentos de serviços Ceará - 1º Trimestre/2003-2002



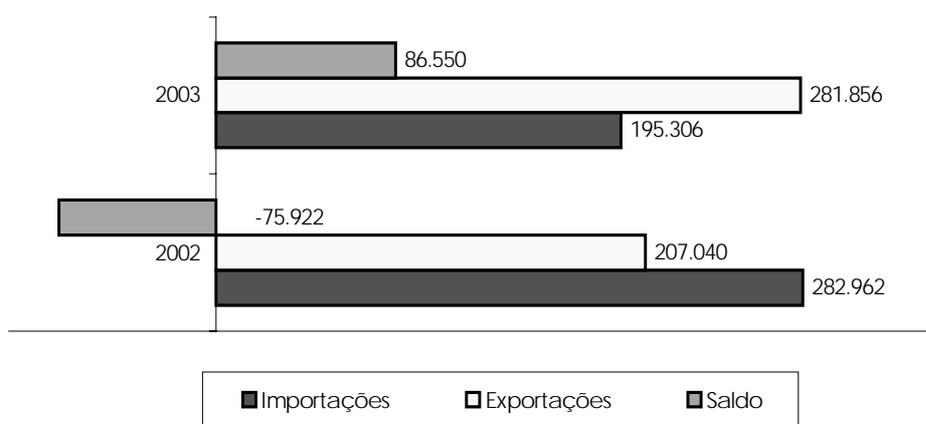
Fonte: IPECE

As perspectivas de crescimento da economia cearense, no corrente ano, vão depender do comportamento de alguns indicadores macroeconômicos nacionais, como recuo maior na taxa de juros, controle da inflação e estabilização do câmbio. No plano externo, espera-se que os Estados Unidos voltem a crescer, tendo em vista tratar-se do maior parceiro comercial do Ceará. Nesse contexto, o crescimento da economia cearense para 2003, que estava previsto para algo próximo de 3,00%, está sendo revisto para baixo. Estima-se, preliminarmente, que o crescimento do PIB estadual, no corrente ano, deverá ser de 2,2%.

1.2 Balança Comercial

Após anos sucessivos de déficits na balança comercial o desempenho positivo das exportações e a queda acentuada nas importações resultaram num superávit de US\$ 86,55 milhões, no saldo comercial do Ceará, nos cinco primeiros meses de 2003.

Gráfico 4 Balança Comercial - Ceará - Janeiro-Maio (US\$ 1000/FOB)



Fonte: SISCOMEX/MDIC.

As exportações cresceram em 36,14%, fazendo com que a participação estadual nas exportações brasileiras passasse de 0,99% (2002) para 1,04% (2003). O desempenho das exportações é explicado, em grande medida, pelos resultados obtidos com os embarques de produtos industrializados (semi e manufaturados), que desde 1998 vem caracterizando a pauta das exportações cearenses. Em termos de valor, as exportações atingiram US\$ 281,86 milhões, de janeiro a maio/2003, contra US\$ 207,04 milhões registrados em igual período de 2002. Dentre os principais produtos exportados pelo Ceará, no período em evidência, destacaram-se: calçados (US\$ 69,78 milhões),

têxteis (US\$ 52,27 milhões), amêndoa da castanha de caju (US\$ 40,09 milhões), couros e peles (US\$ 35,48 milhões) e camarão (US\$ 30,98 milhões). Os mercados de destino mais representativos das exportações cearenses, ainda, são os Estados Unidos, cujas aquisições representaram US\$ 114,84 milhões, correspondendo a um crescimento de 13,22%, em 2003 sobre 2002. Em seguida vem a Argentina, que em recuperação econômica, voltou a ocupar a segunda posição de maior comprador das mercadorias cearenses. No período analisado, esse país registrou um aumento significativo de 925,13%, fazendo sua participação ampliar-se de 0,79%, 2002, para 5,95%, em 2003.

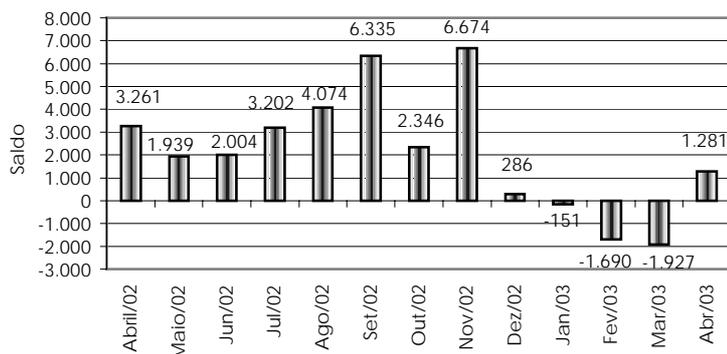
Por sua vez, as importações recuaram em 30,98%, em decorrência de quedas nas compras de petróleo e de seus derivados (-11,25%), chapas e laminados de ferro (-5,88%) e trigo (-5,45%), que responderam por 39% das importações totais efetuadas pelo Ceará. A Argentina e os Estados Unidos ocupam os dois primeiros lugares como mercados fornecedores, com participações de 28,34% e 15,88%, respectivamente. Deve-se registrar que as compras feitas aos Estados Unidos decresceram em 73,06%, de janeiro a maio/2003 sobre janeiro a maio/2002, caindo sua participação de 40,67%, em 2002, para 15,88%, em 2003.

1.3 Mercado de Trabalho

Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), após três meses consecutivos de queda, o nível de emprego formal no Ceará voltou a crescer. Em abril/2003, o percentual de acréscimo foi de 0,23%, o que significou uma geração de 1.281 novos postos de trabalho (Gráfico 5).

Em termos de atividade econômica, a indústria de transformação e os serviços foram os responsáveis pelo aumento da oferta de emprego no mês de abril, respondendo pela abertura de 717 e 584 vagas, respectivamente. Na indústria os destaques foram para produtos alimentícios e bebidas (+389 assalariados com carteira) e calçados (+238 postos), enquanto nos serviços sobressaíram-se os segmentos de ensino (+303 postos de trabalho) e alojamento e alimentação (+280 postos).

Gráfico 5 Evolução do Emprego Formal no Estado do Ceará - Abril/2002-2003



Fonte: CAGED/MTE.

Em termos de espaço geográfico, Fortaleza apresentou o melhor resultado do período, com uma geração de 885 novos postos de trabalhos com carteira assinada ou 0,28% a mais que abril/2002. Caucaia ficou na segunda posição com um saldo de 320 ocupações formais, seguido de Crato (+243 postos de trabalho).

Apesar de positivos, os resultados de abril não foram suficientes para suplantar a perda de 2.487 postos de trabalho registrado no acumulado do ano, janeiro a abril/2003 sobre janeiro a abril/2002, o que significou uma diminuição de 0,44% no emprego. No entanto, no acumulado dos últimos doze meses, o saldo ainda é positivo. Foram criadas 24.373 ocupações formais, significando um acréscimo de 4,56%.

1.4 Preços

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), em maio/2003, foi de 1,06%, acima da média nacional (0,99%), conforme pode ser observado na tabela 2. A inflação acumulada, nos cinco primeiros meses de 2003, ficou em 8,16% contra 7,90% da taxa brasileira. De um modo geral, a inflação da RMF vem seguindo a tendência das taxas verificadas para o Brasil, no período de janeiro a maio de 2003.

Tabela 2 Evolução do INPC/IBGE por regiões metropolitanas pesquisadas 2003

REGIÕES	VARIÇÃO MENSAL (%)		VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO ((%)
	Abril	Maio	
Fortaleza	1,76	1,06	8,16
Brasília	1,00	0,03	9,09
São Paulo	0,61	0,62	7,10
Salvador	0,99	1,13	8,53
Rio de Janeiro	1,94	0,72	7,74
Porto Alegre	1,57	1,38	8,19
Curitiba	1,17	-0,21	6,02
Goiânia	1,62	1,12	7,46
Belo Horizonte	1,54	2,08	9,93
Belém	1,24	0,23	6,03
Recife	3,43	2,37	9,84
Brasil	1,38	0,99	7,90

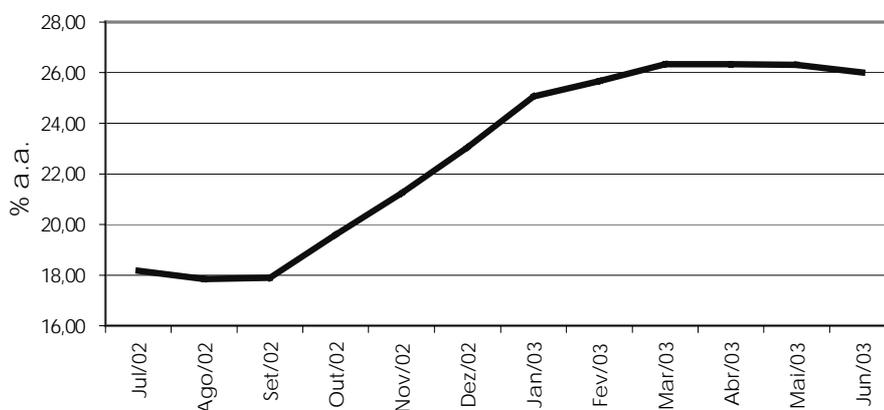
Fonte: IBGE.

O comportamento da inflação da RMF mostra que as maiores elevações de preços ocorreram nos grupos de habitação (6,55%), artigos de residência (1,32%), vestuário (1,31%), saúde e cuidados pessoais (1,01%), educação (0,52%), e despesas pessoais (0,34%). Por sua vez, os grupos de alimentos e bebidas, transporte e comunicação apresentaram resultados negativos de, respectivamente, -0,22%, -0,38% e -0,39%.

1.5 Juros e Câmbio

Após um período de onze meses sem queda dos juros, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM), na sua 85ª reunião realizada no mês de junho/2003, decidiu reduzir a taxa básica da economia brasileira – a SELIC – em 0,5 ponto percentual, passando de 26,50% para 26,00% ao ano. A justificativa para a decisão foi o recuo verificado no ritmo da inflação. Vale destacar que, desde de julho do ano passado, os juros haviam subido de 18% para 26,50% ao ano. O gráfico 6, mostra a evolução da taxa SELIC nos últimos 12 meses.

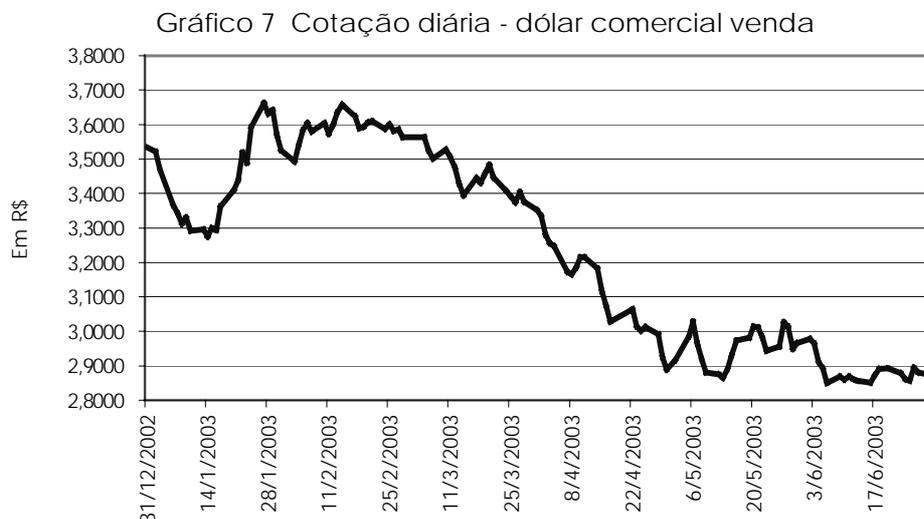
Gráfico 6 Taxa de juros - SELIC últimos 12 meses



Fonte: Banco Central do Brasil

O dólar comercial para venda, registrou uma queda de 18,72%, no período de janeiro a junho de 2003, conforme mostra o gráfico 7. O real vem alcançando forte valorização frente ao dólar, ao longo do ano, em função da entrada da moeda americana na economia nacional através da balança comercial, entrada de capital e empréstimos (captação). Ainda como fator positivo, existe a expectativa positiva por parte do mercado, quanto a condução da política econômica do país. O encaminhamento das reformas da previdência e tributária ao Congresso Nacional, tem também contribuído para a valorização do real, tendo em vista que a medida

sinaliza para o mercado, a preocupação do governo na melhoria fiscal das contas públicas. O andamento das reformas no Congresso Nacional deverá ser o fator determinante para o comportamento da taxa de câmbio nos próximos meses.



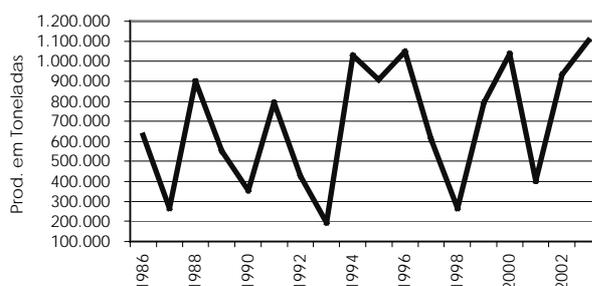
Fonte: Banco Central do Brasil.

2 DESEMPENHO SETORIAL

2.1 Agropecuária

Segundo estimativa do IBGE a produção agrícola do Ceará, para 2003, será de 1.105 mil toneladas de grãos, representando um aumento de 18,33% sobre a produção colhida em 2002 (933 mil toneladas) (Gráfico 8). O resultado previsto está amparado, sobretudo, no aumento de 20,68% na safra de milho, que deverá passar de 628 mil toneladas, obtida em 2002, para 759 mil toneladas, em 2003. Vale ressaltar que o milho representa cerca de 69% da produção de grãos do Estado.

Gráfico 8 Produção de grãos - Ceará - 1986/2003



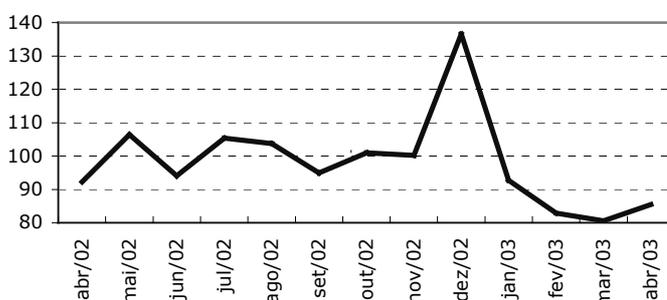
Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA - IBGE.

No que se refere à produção animal, as informações da Associação dos Avicultores do Ceará (ACEAV) mostram que a oferta de frango comercial reduziu-se em 11,3%, no 1º trimestre/2003 sobre o 1º trimestre/2002, passando de 34,0 mil toneladas para 30,2 mil toneladas. Também foi verificada uma queda de 17,9% na oferta de ovos comerciais, o que totalizou 17,9 milhões de dúzias em 2002, baixando para 14,7 milhões de dúzias, em 2003. Segundo os avicultores, isso se deveu a desvalorização cambial, iniciada em meados de 2002, provocando uma elevação significativa no preço do milho, atingindo indiretamente, a produção avícola. Quanto à produção de camarão de cativeiro, no Ceará, as informações da Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC) estimam um aumento de 40%, em 2003.

2.2 Comércio Varejista

De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), realizada pelo IBGE, a variação no volume das vendas do varejo, de janeiro a abril/2003 sobre janeiro a abril/2002, registrou uma taxa negativa de 8,01%. Contribuiu para esse resultado a redução verificada nas vendas dos combustíveis e lubrificantes (-13,21%), hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-11,40%), móveis e eletrodomésticos (-0,30%) e artigos de uso pessoal e doméstico (-9,27%). Já as vendas de tecidos, vestuário e calçados obtiveram um crescimento positivo de 2,07%. Não obstante as sucessivas quedas nas vendas do comércio varejista, as informações do gráfico 9, apontam para uma reversão do comportamento desfavorável observado ao longo de 2002 e nos quatro primeiros meses de 2003.

Gráfico 9 Variação no índice do volume de vendas no varejo - Ceará - Abril/2002-2003



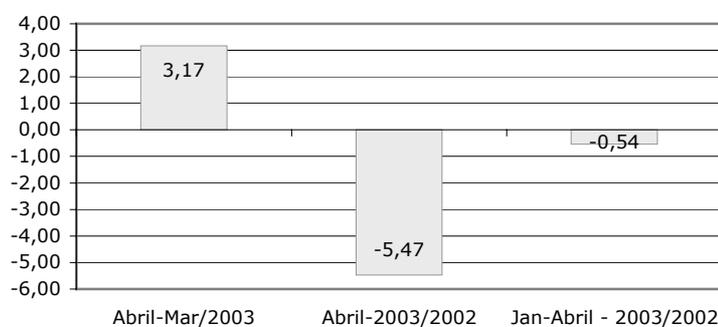
Fonte: IBGE.

2.3 Indústria

Segundo os resultados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF)/IBGE, a indústria de transformação cearense, em abril/2003 sobre março/2003, registrou um aumento na

produção física de 3,17%. No indicador de abril/2003 sobre abril/2002, mostrou queda na produção industrial de -5,47%, superior a taxa do Brasil, -4,2%. Com esses resultados a indústria de transformação cearense acumulou uma taxa de -0,54%, de janeiro a abril/2003 relativamente janeiro a abril/2002. Nessa última comparação, as maiores quedas foram verificadas nos ramos industriais ligados a metalúrgica (-23,57%) e vestuário (-4,84%), calçados e artefatos de tecidos. No caso da metalúrgica, a queda foi influenciada por uma menor produção de forno não-elétrico, fogões e bujões de ferro. Já em vestuário, houve redução na confecção de calças compridas e calçados de couros.

Gráfico 10 Produção da indústria de transformação - Ceará - Abril/2003



Fonte: (PIM-PF)-IBGE

2.4 Turismo

Segundo a Secretaria de Turismo do Estado (SETUR) a Demanda Turística, via Fortaleza, decresceu em 4,1%, no período janeiro a maio de 2003, perfazendo um total de 629 mil visitantes. Vale ressaltar que desse total, cerca de 330 mil se alojaram em hotéis, registrando uma queda de 1,2% na demanda hoteleira, no período em análise, conforme pode ser observado na tabela 3. Com isso, a taxa de ocupação caiu de 50,9%, em 2002, para 48,7%, em 2003.

Tabela 3 Demanda e Oferta Hoteleira de Fortaleza – 2002-2003

MESES	DEMANDA HOTELEIRA			DEMANDA TURÍSTICA VIA FORTALEZA		
	2002	2003	Var. (%)	2002	2003	Var. (%)
Janeiro	103.542	103.689	0,1	201.828	198.638	-1,6
Fevereiro	58.191	58.052	-0,2	114.450	109.532	-4,3
Março	55.827	56.362	1,0	108.659	104.373	-3,9
Abril	55.096	56.005	1,6	106.838	107.702	0,8
Maior	61.916	56.371	-9,0	123.832	108.405	-12,5
Total	334.572	330.479	-1,2	655.607	628.650	-4,1

Fonte: SETUR/CE.

3 FINANÇAS PÚBLICAS

3.1 Resultado Fiscal

No 1º quadrimestre de 2003, o Estado do Ceará acumulou um superávit primário de R\$ 14,80 milhões, equivalente a 0,06% do PIB de 2002, conforme disposto na tabela 4.

Tabela 4 Resultado primário – Ceará – 2002/2003

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$ MIL) ¹	
	2002	1º Quadrim./2003
Receita	4.382.252	1.780.499
Receitas tributárias	2.580.711	994.548
Transferências correntes	1.675.657	713.728
Transferências de capital	82.973	64.480
Outras receitas de capital ²	42.911	7.743
Gastos com pessoal	1.923.713	790.053
Gastos correntes ³	1.656.024	685.568
Gastos com investimentos	934.658	290.080
Despesa com investimentos	557.816	165.816
Inversões financeiras (FDI)	376.842	124.264
Superávit primário	-132.143	14.798
PIB Estado do Ceará ⁴	24.779.000	24.779.000
Superávit primário/PIB	-0,53	0,06

¹ A preços correntes.

² Exclui operações de crédito.

³ Despesas correntes menos pessoal e menos encargos da dívida.

⁴ Valor estimado.

3.2 Dívida Pública

Em abril/2003, a dívida total do Estado totalizou R\$ 4,37 bilhões. A redução da dívida em R\$ 458,12 milhões, relativo ao saldo registrado em dezembro de 2002, decorreu basicamente da amortização do principal e do efeito da valorização cambial sobre o estoque da dívida. Em abril/2003, a dívida atingiu a relação de 1,11 da Receita Corrente Líquida (RCL), significando uma folga no nível de endividamento do Estado, cujo limite máximo é de até duas vezes a RCL, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, indicando que o endividamento estadual poderia ir até o montante de R\$ 7,85 bilhões.

Tabela 5 Dívida total e receita corrente líquida – Ceará – 2002-2003

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$ MIL)		
	2002	Abril/2003	Var. (%)
Dívida interna	3.019.939	2.891.036	-4,27
Dívida externa	1.807.452	1.478.231	-18,21
Dívida total	4.827.391	4.369.267	-9,49
Receita corrente líquida (RCL)	3.368.508	3.924.931	-
Dívida total/Receita corrente líquida	1,43	1,11	-

Fonte: SEFAZ/SECON, IPECE.

3.3 Receitas

O Estado do Ceará apresentou, no primeiro quadrimestre de 2003, receitas de R\$ 1,92 bilhão, inferior 11,86% em termos reais, à obtida em igual período de 2002. Desta receita, 91,59% procederam de receitas correntes, constituídas em 56,48% pelas receitas tributárias.

Tabela 6 Receita estadual – Ceará – 2002-2003

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$ MIL)		
	1º Quadrim./2002 ¹	1º Quadrim./2003	Var. (%)
Total	2.181.283	1.922.482	-11,86
Receitas correntes	1.986.118	1.760.753	-11,35
Receita tributária	1.015.134	994.548	-2,03
Transferências correntes	909.681	713.728	-21,54
Demais receitas correntes	61.302	52.477	-14,40
Receitas patrimoniais	34.848	16.614	-52,32
Receitas de capital	160.318	145.115	-9,48
Operações de crédito	57.043	72.892	27,79
Transferências de capital	98.252	64.480	-34,37
Outras receitas de capital	5.023	7.743	54,15

Fonte: Secretaria da Fazenda (SEFAZ).

¹ Valores a corrigidos pelo índice composto (IPC-A 0 55% e IGP-DI – 45%, base agosto/94) a preços médios de abril/2003.

Ressalta-se que no período em análise, as receitas tributárias decresceram 2,03%, em termos reais e as transferências correntes 21,54%. As receitas de capital, que corresponderam a 7,55% do total das receitas, reduziram-se 9,48% no período, em virtude do decréscimo de 34,37% nas receitas oriundas das transferências de capital.

Desagregando as receitas tributárias, tem-se o ICMS como principal tributo, representando 86,48%. No primeiro quadrimestre de 2003, sua arrecadação alcançou R\$ 860,07 milhões, representando um decréscimo real de 1,20% em relação ao mesmo período de 2002.

Tabela 7 Arrecadação do ICMS, segundo as atividades – Ceará – 2002-2003

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$ MIL)		
	1º Quadrim./2002 ¹	1º Quadrim./2003	Var. (%)
Total	870.496	860.075	-1,20
Comércio	317.112	254.265	-19,82
Indústria	124.852	160.470	28,53
Comunicações	112.460	91.382	-18,74
Transporte	10.108	8.982	-11,15
Venda de combustível, gás e lubrificantes	181.939	226.079	24,26
Energia elétrica	78.698	72.377	-8,03
Outros	45.328	46.520	2,63

Fonte: Secretaria da Fazenda (SEFAZ).

¹ Valores a corrigidos pelo índice composto (IPC-A – 55% e IGP-DI – 45%, base agosto/94), a preços médios de abril/2003.

Dentre os segmentos com maior importância na arrecadação do ICMS, destacaram-se com resultados negativos: o comércio (-19,82%) e comunicações (-18,74%). Com arrecadação positiva, o destaque foi para o segmento de combustíveis e lubrificantes, com uma taxa de 24,26%, observando que este grupo participa com 26,29% da arrecadação do ICMS. A indústria com participação de 18,66% apresentou um crescimento de 28,53% em relação ao primeiro quadrimestre de 2002.

3.4 Despesas

Pelo lado das despesas, constatou-se uma redução de 6,89% no primeiro quadrimestre de 2003 sobre o mesmo período de 2002. Na sua composição as despesas correntes, que participam com 78,60%, registraram um decréscimo de 3,69%.

Tabela 8 – Despesa estadual – Ceará – 2002/2003

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$ MIL)		
	1º Quadrim./2002 ¹	1º Quadrim./2003	Var. (%)
Total	2.141.988	1.994.482	-6,89
Despesas correntes	1.627.906	1.567.765	-3,69
Pessoal e encargos sociais	786.101	790.053	0,50
Juros e encargos da dívida	101.442	92.144	-9,17
Outras despesas correntes	740.363	685.568	-7,40
Despesas de capital	514.082	426.718	-16,99
Investimentos	274.261	165.816	-39,54
Inversões financeiras	117.846	124.264	5,45
Amortizações da dívida	121.975	136.638	12,02

Fonte: Secretaria da Fazenda (SEFAZ).

¹ Valores corrigidos pelo índice composto (IPC-A – 55% e IGP-DI – 45%, base agosto/94), a preços médios de abril/2003.

Vale salientar que juros e encargos da dívida reduziram-se em 9,17% no período, em função do efeito da variação cambial. Cabe lembrar que 55,70% da dívida do Estado está atrelada ao dólar. Já as despesas de capital, decresceram em 16,99%. Os gastos com investimentos apresentaram uma redução de 39,54%, enquanto as despesas com amortização da dívida cresceram 12,02% em relação ao período anterior.

OPINIÃO IPECE

BASE CONCEITUAL DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DO FDI

Nos ajustes promovidos pelo Decreto n. 27.040, de 09 de maio de 2003, sobre o Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), o governo do Estado do Ceará introduziu uma inovação referente ao enquadramento das empresas industriais beneficiárias, que seguirá um *sistema de pontuação*. Esse sistema define os percentuais de benefícios e retornos, assim como o prazo de vigor dos mesmos, seguindo o princípio da relação Custo-Benefício; significando que o governo estadual estará disposto a assumir um maior custo com os projetos que oferecerem um maior benefício para a economia estadual. A vantagem desse sistema está na promoção da seletividade dos projetos - na medida em que se estabelece um *ranking* de importância dos mesmos - assim como na adoção de critérios objetivos de classificação. Os graus de importância (Pontuação Máxima do Item/Pontuação Total), assim como seus respectivos conceitos encontram-se a seguir:

- i) volume de investimento (13/50)*: item com característica quantitativa que visa aumentar a densidade do parque industrial do estado. Neste caso, premiam-se projetos com maiores volumes de investimento dado que os riscos e custos são maiores para os empresários, além do que volume maior de investimento está associado a maiores benefícios locais em termos de impactos, econômicos e sociais, sem falar naquele vinculado à própria densidade industrial.
- ii) geração de emprego (12/50)*: item com característica também quantitativa, mas também social. E aqui se privilegiam projetos com maiores capacidades de geração de emprego ou intensivos em mão-de-obra, dadas as necessidades locais de geração de emprego e renda, ampliação do mercado consumidor de massa e de combate à pobreza.
- iii) setores e cadeias produtivas (8/50)*: este item tem uma característica qualitativa e visa definir o perfil industrial do estado. Aqui são privilegiados, através da concessão de maior número de pontos, projetos considerados estruturantes e, em seguida, projetos de base tecnológica e aqueles destinados à reciclagem de resíduos. Os projetos estruturantes são aqueles, que por sua natureza e importância, são industrializantes, ou seja, dão origem ou atraem outros projetos complementares. São, por exemplo, os casos da siderúrgica e da refinaria de petróleo. Os projetos de base tecnológica são aqueles que se baseiam em inovações

intensivas, envolvendo atividades e custos em Pesquisa e Desenvolvimento (P & D), realizados dentro das empresas ou nas universidades locais. Os projetos de reciclagem de resíduos, por sua vez, têm impactos importantes sobre o meio ambiente assim como sobre a geração de ocupação e renda.

iv) *impacto sobre a demanda por matérias-primas, insumos (inclusive energia elétrica) e serviços locais (7/50)*: este item tem também uma característica qualitativa e visa promover a integração do projeto beneficiado com a própria indústria de transformação bem como com os setores agropecuários e de serviços, evitando assim projetos do tipo "enclave". Essa integração pode contribuir na geração de vários impactos indiretos, a saber: i) aumento do emprego; ii) aumento da arrecadação do ICMS e iii) aumento da densidade industrial, inclusive das pequenas e médias empresas locais. Neste caso, pontuam-se projetos com maiores níveis de impactos.

v) *localização geográfica (6/50)*: item também qualitativo, visa induzir a formação de aglomerações e pólos industriais e econômicos naquelas áreas com carências e potencialidades para tais. Para tanto, o sistema privilegia aquelas áreas consideradas candidatas e estratégicas para tais fins e deixa de privilegiar as áreas que já concentram vantagens proporcionadas pelas economias de aglomeração, responsáveis pelas economias externas de escala para as empresas.

vi) *responsabilidade social e ambiental (4/50)*: item por excelência qualitativo, visa aumentar o nível de qualidade do crescimento econômico do estado através da indução da parceria entre setores públicos e privado e do compromisso social corporativo.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO CEARÁ: UM LONGO CAMINHO A SER PERCORRIDO

Desenvolvimento social é um processo gradativo que proporciona à população acesso e direitos a bens e serviços de forma equivalente ao observado nas localidades consideradas desenvolvidas. Assim, o desenvolvimento social torna-se viável quando a população em geral é capaz de dispor da sua dignidade e dos direitos básicos da cidadania, o que pode ser alcançado através de políticas governamentais, especialmente as de cunho social.

O desenvolvimento social tem como abrangência setores tais como: educação, saúde, habitação, gênero, raça/cor, meio ambiente, emprego, renda, riqueza, infra-estrutura, participação política, cultura, esporte, lazer, justiça, segurança pública, acesso a informática e à Internet, situações de risco e vulnerabilidade, etc. E, cada uma destas dimensões pode ser avaliada através de uma quantidade imensa de variáveis e indicadores.

Diante dessa amplitude, estão sendo elaborados indicadores de desenvolvimento social para o Estado do Ceará, que possuem componentes de oferta de serviços públicos e de resultados da ação governamental. Estes indicadores abrangem 6 dimensões básicas, quais sejam: educação, saúde, condições de moradia, segurança pública, emprego e renda, e desenvolvimento rural. Seu cálculo será feito a partir de estatísticas com periodicidade anual e por município.

Cálculos preliminares destes indicadores revelam que, dentre os municípios que ficaram simultaneamente entre os 20% com melhores resultados e condições de oferta de serviços públicos, podem ser mencionados, a título de exemplo, os seguintes: Barbalha, Brejo Santo, Crateús, Crato, Fortaleza, Iguatu, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Paraipaba, Quixeramobim e Sobral.

Essas observações abrem espaço para uma ampla discussão sobre qual deveria ser a alocação de recursos e o estabelecimento de metas para aumentar a oferta de serviços públicos. Na tentativa de responder a questões como esta, estão sendo desenvolvidos esforços, no sentido de desenvolver um Plano de Desenvolvimento Social para o Ceará.

Para atender a esse objetivo, já foi dado um primeiro passo, quando institucionalizou-se o Regime de Metas Sociais para os Municípios do Ceará, que consiste na seleção de metas a serem perseguidas em função de indicadores sociais quantitativos de educação, saúde e renda visando a melhoria da qualidade de vida da população dos municípios cearenses. Foi instituído também o prêmio "CEARÁ VIDA MELHOR" com o objetivo principal de incentivar os municípios cearenses menos desenvolvidos do ponto de vista social a perseguirem maiores avanços nos seus indicadores de educação, saúde e renda. Ademais, projeções recentes indicam que o orçamento para o ano de 2003 deve atingir o patamar de R\$ 5,38 bilhões, dentre os quais R\$ 1,95 bilhão serão destinados às pastas de saúde,

educação e segurança pública. No total, espera-se que 47% dos recursos financeiros disponíveis para investimento do Estado sejam destinados à área social.

No presente momento, são desenvolvidas diretrizes e metodologias para a implantação de um Sistema de Inclusão Social, que tem em sua estrutura um conjunto de indicadores de Desenvolvimento Social para os diversos municípios cearenses e representa uma etapa imprescindível para estabelecer mecanismos de definição de metas governamentais na área social e de aferição de resultados, com a finalidade de monitorar os vários programas de governo e identificar as razões do sucesso ou insucesso em atingir as metas sociais propostas.

Nessa vertente, o Sistema de Inclusão Social propõe-se a elaborar estudos, onde serão avaliados os níveis de desenvolvimento social de cada município, comparando tal situação com os níveis correspondentes de oferta de serviços públicos, tendo em vista encontrar as relações causais entre oferta e resultados, identificando onde e em que setores as atenções governamentais devem ser priorizadas.

O resultado esperado disto é a implementação de um sistema de avaliação de políticas sociais, considerando a crescente necessidade de avaliar os vários projetos, programas e políticas públicas, uma vez que os recursos públicos são, em geral, bastante escassos e, portanto, faz-se necessária a definição de técnicas de gestões mais eficientes de tais recursos de tal forma que estes sejam utilizados a partir de critérios claros e objetivos, tendo como meta final a real melhoria das condições de vida de uma população.

É uma forma de garantir uma maior integração dos diversos programas desenvolvidos pelas distintas Secretarias e procurar uma maior articulação com as instituições não governamentais, tendo em vista racionalizar o uso dos recursos e a eficácia das ações públicas.